



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

STELLA SCARTEZINI

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS
E DISCURSO PARLAMENTAR**

Brasília - DF
2006

STELLA SCARTEZINI

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS
E DISCURSO PARLAMENTAR**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UnICEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu, na área de Língua Portuguesa, Texto e Discurso.
Orientadora: Professora Francisca Cordelia Oliveira da Silva.

**Brasília - DF
2006**

AGRADECIMENTO

*Aos colegas taquígrafos, agradeço a dedicação,
tornando as aulas uma experiência enriquecedora,
e aos professores, a partilha do saber.*

RESUMO

O registro de discursos parlamentares em notas taquigráficas é uma forma antiga de dar conhecimento ao público sobre o que acontece no Parlamento, o que discutem os parlamentares, como eles se posicionam nos debates de questões de interesse comum, e como votam. Apesar de o taquígrafo participar da produção do texto ao transcrever e revisar o discurso, é necessário ter consciência de que o autor do discurso é o parlamentar que o pronunciou, o que delimita a intervenção do taquígrafo no sentido de preservar o que foi dito para a publicidade fiel de um pronunciamento, de uma posição, de um voto. Os objetivos deste trabalho são analisar a publicidade gerada pelas notas taquigráficas dos discursos parlamentares, avaliar o impacto dos novos meios de comunicação na atividade do taquígrafo, e identificar elementos de ideologia no discurso. Esclarecer esses objetivos é uma forma de perceber a finalidade e o alcance da taquigrafia parlamentar, bem como de salientar alguns aspectos que podem contribuir para tornar mais acurado o resultado do trabalho do taquígrafo. A leitura de *Mudança estrutural da esfera pública*, Habermas (1984), é importante para a compreensão de que a taquigrafia parlamentar é uma atividade de supervisão do exercício legislativo. A obra *Ideologia e cultura moderna*, Thompson (1995), traz uma abordagem que permite avaliar o impacto dos novos meios de comunicação na atividade do taquígrafo, e perceber um sentido de transparência e agilidade no acesso quase instantâneo às notas taquigráficas em meio eletrônico. Na análise do discurso crítica empreendida neste trabalho, com base nas categorias analíticas de Thompson, há uma reflexão sobre as maneiras como a ideologia pode estar presente em um discurso.

Palavras-chave:

Notas taquigráficas. Taquígrafo. Discurso parlamentar. Parlamento. Publicidade. Meios de comunicação. Ideologia.

ABSTRACT

The parliamentary registering discourses in taquigraphy notes is an old manner to give knowledge to the public about events in the Parliament, parliamentary discussions and their positions about common interest questions and also their votes. In spite of the stenographer participation on the transcription and review of the discourse text, it is necessary the conscience that the discourse author is the parliamentary who pronounced it, which limits the stenographer interference to keep what had been said for an exact publicity of the pronunciation, as well as the parliamentary position and vote. The meaning of this study is to analyze the publicity created by taquigraphy notes of parliamentary discourses, to evaluate the impact on stenographer activity by new communication means, and to identify aspects of ideology in a discourse. Clarifying these questions is a way of knowing the purpose and reach of parliamentary taquigraphy, as well as pointing out aspects that contribute to an accurate taquigraphy note. Reading *Mudança estrutural da esfera pública*, Habermas (1984), had importance to the comprehension of parliamentary taquigraphy as a supervision activity of the legislative exercise. *Ideologia e cultura moderna*, Thompson (1995), brings an useful approach to evaluate the impact on stenographer activity by new communication means, and to realize the transparence and agility in an almost instantaneous access to taquigraphy notes by electronic mean. The critical discourse analysis drawn up in this study, based on Thompson analytical categories, is a reflection about the manners ideology can be present in a discourse.

Keywords:

Taquigraphy notes. Stenographer. Parliamentary Discourse. Parliament. Publicity. Communication means. Ideology.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 ELEMENTOS TEÓRICOS.....	6
1.1 Esfera pública.....	6
1.2 Ideologia.....	12
1.3 Comunicação de massa.....	16
1.4 Reorientação da análise da ideologia.....	17
2 METODOLOGIA.....	21
2.1 Análise qualitativa de dados	23
2.2 Categorias analíticas.....	24
3 ANÁLISE	30
3.1 Enfoque da hermenêutica de profundidade.....	30
3.1.1 Análise sócio-histórica	31
3.1.1.1 Situação espaço-temporal	31
3.1.1.2 Campo de interação	32
3.1.1.3 Instituição social	34
3.1.1.4 Meios técnicos de produção e transmissão	36
3.1.2 Análise formal ou discursiva.....	38
3.1.3 Interpretação/reinterpretação.....	40
3.2 Operação da ideologia	44
4 CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS.....	54
ANEXO A	55
ANEXO B	56
ANEXO C	57

INTRODUÇÃO

“O estudo do sentido social através do funcionamento dos signos é algo complexo, pois o sentido ‘põe em jogo a mistura, a pluralidade, o fato de que vivemos em muitas esferas ao mesmo tempo, de que circulamos de uma esfera para outra.” (SCHANGLER, 1996 apud CHARAUDEAU, 2005, p.16)

O tema deste trabalho diz respeito à evolução do registro taquigráfico dos discursos parlamentares e à delimitação consciente dessa prática à transcrição do discurso proferido.

O registro de discursos parlamentares é uma forma de dar conhecimento ao público sobre o que acontece no Parlamento, o que discutem os parlamentares, como eles se posicionam nos debates de questões de interesse comum, e como votam. O registro desses discursos em notas taquigráficas é uma forma antiga de dar publicidade às atividades legislativas mantida nos dias de hoje, não obstante a atual tecnologia dos meios de comunicação. A coexistência dessa prática e de modernas tecnologias que dão publicidade à atividade legislativa é uma questão que se apresenta correntemente para o público em geral e um motivo de reflexão para os profissionais que a praticam.

Na transcrição e revisão do discurso há intervenção na fala do orador quando se transforma o texto falado em texto escrito, pois nesse processo há uma reorganização do pensamento a fim de torná-lo um conjunto lógico de informações. Apesar de o taquígrafo participar da produção do texto ao transcrever e revisar o discurso, é necessário ter consciência de que a autoria do discurso é do parlamentar que o pronunciou, o que delimita sua intervenção no sentido de preservar o que foi dito para a publicidade fiel de um pronunciamento, de uma posição, de um voto.

No texto falado a mensagem é construída no momento da fala, diferentemente do texto escrito, em que há uma elaboração prévia da mensagem. Para o aperfeiçoamento do texto, são considerados aspectos textuais, como sintaxe e vocabulário, e aspectos gramaticais, como ortografia, acentuação, pontuação, concordância, emprego de pronomes, entre outros. Considerando que o Parlamento é a arena do debate de ideologias distintas, as construções ideológicas de um texto são características relevantes a serem observadas no discurso parlamentar.

Os objetivos deste trabalho são a análise da publicidade gerada pelas notas taquigráficas dos discursos parlamentares, a avaliação do impacto dos novos meios de comunicação na atividade do taquígrafo, e a identificação de elementos de ideologia na fala do orador. Esclarecê-los é uma forma de perceber a finalidade e o alcance da taquigrafia parlamentar, e de salientar alguns aspectos que podem contribuir para tornar mais acurado o resultado do trabalho do taquígrafo.

1 ELEMENTOS TEÓRICOS

Os questionamentos propostos neste trabalho dizem respeito à publicidade dos discursos parlamentares, à influência dos novos meios de comunicação no registro do discurso parlamentar, e à presença de elementos de ideologia nos discursos parlamentares. Para auxiliar a compreensão dessas questões, recorreu-se à análise da esfera pública, de Jürgen Habermas (1984), e à abordagem dos meios de comunicação de massa e ideologia, de John B. Thompson (1995).

1.1 Esfera pública

O objetivo de Jürgen Habermas em *Mudança estrutural da esfera pública* é a análise da “esfera pública burguesa” concebida como categoria de época pertencente ao momento histórico do desenvolvimento da sociedade burguesa no final da Idade Média européia. Ao tempo da Revolução Francesa, surgiu uma esfera pública que deixou de se representar pelas camadas cultas e passou a ser representada pela camada não literária da sociedade, a plebe sem instrução.

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em público para a discussão das leis gerais da troca, as leis do intercâmbio de mercadoria e do trabalho social. A esfera pública literária servia de instância mediadora à efetividade da esfera política, aparecia como una e

indivisível e constituía um espaço em que as pessoas privadas se identificavam como proprietários e orientavam o poder público no interesse comum.

Em contraposição à monarquia absoluta, a esfera pública burguesa desenvolveu uma consciência política que exigia leis genuínas e opinião pública como fonte de legitimação das leis. Assim, para influenciar as decisões do poder estatal e dar autenticidade às reivindicações ante a assembléia dos estados, recorria-se ao público pensante. O acesso geral à esfera institucionalizada pelo Estado de Direito era assegurada ao homem culto e proprietário; e o público pensante constituía-se em público dos “cidadãos” que discutiam questões públicas.

A publicidade dos debates parlamentares garantia a ascendência da esfera pública e assegurava a ligação entre deputados e eleitores. Por volta de 1800, na Inglaterra, a *Reform Bill* tornou o Parlamento britânico um órgão da opinião pública, período em que surgiu o jornalismo autônomo, com comentários e críticas às deliberações do Parlamento, e divulgação dos debates parlamentares.

Havia a ideologia representada na identidade dos “proprietários” com os homens comuns, e ao mesmo tempo contínua hegemonia de uma classe sobre as outras.

Só os proprietários estavam em condições de constituir um público que pudesse, legislativamente, defender os fundamentos da ordem da propriedade existente; só eles tinham, toda vez, interesses privados que automaticamente convergissem nos interesses comuns da defesa de uma sociedade civil como esfera privada. (HABERMAS, 1984, p.107).

No âmbito da esfera pública burguesa do Estado de Direito, as liberdades civis são asseguradas por meio de leis gerais, e a liberdade do homem é garantida

pela igualdade dos cidadãos perante a lei. A própria legislação se baseia na vontade do povo com a concordância pública do público pensante.

De acordo com Thompson, na visão de Kant tais pressupostos sociais se estabeleceriam por si como a base natural do Estado de Direito e de uma esfera pública capaz de funcionar politicamente, mas para Hegel a sociedade burguesa não era suficientemente rica para compensar o excesso de pobreza à plebe que ela mesma criava, o que geraria profunda dissensão da sociedade burguesa. A percepção desse conflito desacreditou o interesse pretensamente comum e universal dos proprietários privados politicamente pensantes, e a opinião pública das pessoas privadas reunidas em um público deixou de ser base de unidade e verdade.

A esfera pública, reduzida a um sistema antagônico e fragmentado em interesses particulares, deixou de ser considerada um espaço de realização da “razão”. Marx apontou a máscara da falsa consciência da opinião pública, que escondia seu verdadeiro caráter de interesse de classe burguesa. Percebeu que o sistema capitalista, por si, não se reproduz sem crises, como uma “ordem natural”. Essa crítica desmontou os pressupostos sociais de igualdade de oportunidades para o acesso à esfera pública — formação cultural e propriedades.

Pela metade do século XIX, a esfera pública passou a ser ocupada por grupos que não poderiam ter nenhum interesse na manutenção da sociedade como esfera privada, já que não possuíam propriedade, mas que avançaram no lugar do burguês, no sentido de se tornarem sujeitos da esfera pública. A reprodução da vida social tornou-se uma questão geral. A esfera pública “democraticamente revolucionada” tornou-se uma esfera de deliberação e de decisão pública sobre a condução dos processos necessários à reprodução da sociedade.

No processo de ampliação do público, perderam-se a exclusividade social e o contexto da sociabilidade e de formação intelectual relativamente elevada. Os conflitos, antes contidos na esfera privada, alcançaram a esfera pública. O Estado passou a regular setores não atendidos pelo mercado auto-regulador, suprimindo necessidades de grupos específicos, e a esfera pública tornou-se um campo de dura concorrência de interesses.

À medida que avançou o modo capitalista de produção e organização social, dissolveram-se a relação originária entre esfera pública e esfera privada, e os contornos da esfera pública burguesa. Entretanto, nem o modelo liberal nem o modelo socialista se mostraram adequados para se firmarem como representação de dimensão pública.

Duas tendências, dialeticamente interrelacionadas, assinalam uma decadência da dimensão pública: ela penetra esferas cada vez mais extensas da sociedade e, ao mesmo tempo, perde sua função política, ou seja, submeter os fatos tornados públicos ao controle de um público crítico. (HABERMAS, 1984, p.167).

As pessoas privadas, progressivamente empregadas e assalariadas, precisavam fazer representar coletivamente suas reivindicações. A reprodução social passou a depender da decisão de consumir. O exercício do poder político passou a depender do voto das pessoas privadas, surgindo assim o interesse de exercer influência sobre essa condição, a fim de aumentar a participação eleitoral de determinado partido ou devido à pressão de determinadas organizações.

No novo contexto, a publicidade passou a servir à manipulação do público (originariamente, a publicidade garantia a supervisão crítica do exercício legislativo); o jornalismo crítico foi suprimido pelo manipulativo. Antes, a generalidade das leis era garantida com a discussão de questões de interesse geral pela esfera pública no Parlamento, mas a interferência do Estado na ordem social alterou o princípio da

generalidade das leis. À medida que a concorrência dos interesses privados organizados penetrou a esfera pública, as novas leis perderam o caráter de generalidade e de “verdade”.

Desapareceu também o caráter criativo da discussão. O propósito dos discursos proferidos no plenário do Parlamento não era mais convencer Deputados de opiniões distintas, e os discursos passaram a dirigir-se cada vez mais para os cidadãos ativos e a tratar questões fundamentais da vida política. Assim, a esfera pública passou a ter um caráter plebiscitário.

A mudança estrutural da esfera pública burguesa mostrou-se na falência das instituições que asseguravam a coesão do público pensante; na organização supralocal, burocrática e centralizada dos partidos, que se direcionaram para a integração ideológica e a mobilização política de grandes massas de eleitores; e na perda da clara delimitação entre esfera pública e esfera privada.

Como alternativa ao partido de classe surgiu o partido de integração, cuja preocupação era identificar os que dispunham de meios de coação e de formação educacional para influenciar o comportamento eleitoral da população. Esses partidos tornaram-se instrumentos de formação das vontades daqueles que mandam no aparelho do partido e não das vontades do público.

Essas mudanças contribuíram para alterar o *status* dos deputados. Na doutrina clássica do livre mandato das constituições burguesas, o deputado não deve depender de mandato imperativo nem submeter-se a votar de certo modo; o parlamentar eleito pelo povo só deve responder perante sua consciência e perante o povo. Mas à medida que cresceu o número de organizações da esfera privada que ingressaram na esfera pública, cujos interesses os partidos deveriam representar,

não só o Parlamento rebaixou-se a “assembléia de facções”, como também o parlamentar tornou-se membro intermediário e técnico do partido — ao qual, em caso de conflito, ele tem de se curvar.

Em *Mudança estrutural da esfera pública*, Habermas examinou um longo período para mostrar as modificações estruturais da esfera pública e da evolução do conceito de opinião pública, apoiando-se em grandes pensadores estudiosos de filosofia, política, sociologia e economia, como Rousseau, Montesquieu, Weber, Marx, Hegel, Kant e outros. De uma maneira simplificada, podemos dizer que em sua análise o ponto de partida é a esfera pública burguesa una e indivisível, formada por cidadãos letrados e proprietários que discutem e votam leis de interesse geral, baseada em uma sociedade em que é claro o limite entre esfera pública e esfera privada. O ponto de chegada é uma esfera pública fragmentada, em cuja estrutura há interesses conflitantes, baseada em uma sociedade onde não são claros os limites entre esfera pública e esfera privada, e que se faz representar por indivíduos comprometidos ideologicamente.

A leitura de Habermas é importante neste trabalho no sentido de permitir uma compreensão das circunstâncias históricas da publicidade dos debates parlamentares. Inicialmente, segundo o autor, a publicidade assegurava a ligação entre deputados e eleitores bem como a supervisão crítica do exercício legislativo, o jornalismo era autônomo e apresentava comentários e críticas às deliberações do Parlamento; num segundo momento, à medida que se desenvolveram os meios de comunicação, que os jornais se transformaram em mercadorias e os cidadãos em consumidores, a publicidade perdeu sua função crítica em favor da função manipulativa. Outra importante contribuição, para os objetivos deste trabalho, foi a compreensão da inserção da taquigrafia no ambiente parlamentar. A taquigrafia

parlamentar é um registro dos debates com a finalidade de dar publicidade, documentar e apoiar as atividades do Parlamento. Está claro que a publicidade por ela gerada não pode ser crítica nem manipulativa. Por ser um registro, deve ser impessoal e imparcial, limitando-se tanto quanto possível ao retrato fiel dos eventos.

1.2 Ideologia

Para auxiliar a compreensão do papel da ideologia nas sociedades modernas, John B. Thompson (1995), em *Ideologia e cultura moderna*, aponta três pressupostos relacionados às transformações culturais:

- o declínio das crenças e práticas religiosas características das sociedades pré-industriais e progressiva racionalização da vida social;
- a emergência da secularização (conversão de crenças em doutrinas filosóficas) e maior participação política dos indivíduos na esfera pública por meio de debates e argumentos;
- e o surgimento da ‘era das ideologias’, que teve seu auge nos movimentos revolucionários radicais no final do século XIX e começo do século XX, estimulados por visões totalizantes e utópicas.

Ao longo do tempo, as atividades políticas tornaram-se cada vez mais institucionalizadas e pluralistas, e a influência das ideologias reduziu-se à medida que as sociedades industriais alcançaram maior maturidade econômica e política. Para Thompson, contribuiu para esse processo o desenvolvimento de um conjunto

de instituições relacionadas com a produção e com a distribuição massivas de bens simbólicos.

A esfera pública burguesa, segundo Habermas, constituía-se de uma comunidade de cidadãos que se reuniam como iguais em um fórum distinto tanto da autoridade pública do Estado como dos domínios privados da sociedade civil e da vida familiar, capaz de formar uma opinião pública por meio da discussão crítica, da argumentação racional e do debate.

O desenvolvimento das instituições de comunicação de massa provocou profunda alteração nesse espaço:

[...] o que tinha sido, numa época, um fórum privilegiado de debate racional-crítico se transformou em apenas mais um campo de consumo cultural e a esfera pública emergente se transformou num mundo fraudulento de pseudoprivacidade que é criado e controlado pela indústria cultural. (THOMPSON, 1995, p.148).

Dessa forma, de acordo com Habermas (1984), o conteúdo dos jornais perdeu o carácter politizado e adotou o sensacionalismo com o fim de aumentar as vendas. Os receptores foram tratados mais e mais como consumidores dos produtos da mídia e dos produtos que geram receita de publicidade. Novas técnicas de gerenciamento de opinião foram desenvolvidas, não para atender ao interesse público, e sim para promover os objetivos particulares de grupos de interesses organizados.

Thompson (1995) entende que, embora Habermas esteja correto em enfatizar a influência da comunicação de massa, sua explicação para as consequências do desenvolvimento das instituições da mídia é parcial e

excessivamente negativa. Em sua argumentação, considera quatro pontos principais:

- a noção de refeudalização da esfera pública;
- a concepção de receptores e consumidores;
- a teoria de Habermas da nova ideologia;
- e a importância contemporânea da idéia de esfera pública.

Em relação à refeudalização da esfera pública, Thompson argumenta que as novas oportunidades para a produção e difusão de imagens e mensagens em larga escala proporcionadas pelo desenvolvimento da comunicação de massa impedem qualquer comparação com as práticas feudais. Antes, o comportamento da corte era orientado para indivíduos que partilhavam o mesmo ambiente imediato; na nova configuração, o comunicador conta com oportunidades sem precedentes de atingir e influenciar grande número de indivíduos, pois o desenvolvimento dos meios técnicos de transmissão tornou acessível a audiências extensas no tempo e no espaço a recepção de imagens e mensagens. Por outro lado, observa que essa situação aumenta enormemente a visibilidade dos líderes políticos e limita o controle da recepção de mensagens e as maneiras como essas mensagens são interpretadas pelos receptores, tornando os líderes políticos vulneráveis diante de audiências mais amplas e possuidoras de mais informação.

A tendência de Habermas de tratar os receptores das mensagens da mídia como consumidores passivos, manipulados e hipnotizados pelo espetáculo, é considerada, por Thompson, um exagero. Para ele, na verdade, exatamente porque os processos políticos acontecem, hoje, em um ambiente social rico em informação,

os líderes políticos procuram ter maior controle da difusão de imagens e informações. Nesse sentido, o gerenciamento da visibilidade é amplamente reconhecido como um aspecto fundamental da política institucionalizada. Antes do advento da comunicação de massa, os líderes políticos podiam restringir a visibilidade a um círculo relativamente restrito de uma assembléia ou corte, preservando distância e reserva da população como uma maneira, até certo ponto, de legitimar seu poder, pois essa distância alimentava uma 'aura cultivada de realeza'. Hoje não é mais possível restringir desse modo o gerenciamento da visibilidade.

De acordo com Thompson, a concepção de Habermas da nova ideologia, no que diz respeito ao seu modo de operação nas sociedades modernas, equivale a um tipo de 'cimento social' que circula nas indústrias da mídia e que integra e incorpora os indivíduos à ordem social, reproduzindo, dessa forma, *o status quo*. Entretanto, para Thompson a constituição da comunicação cotidiana é muito complexa, estruturada em vários níveis e contaminada de relações de poder.

Em relação à esfera pública, Habermas sugere que os foros tradicionais poderiam ser reativados em uma nova base institucional; por sua vez, Thompson entende que o desenvolvimento dos meios técnicos transformou a natureza da comunicação de massa a tal ponto que a idéia original da esfera pública não pode ser simplesmente reativada em bases novas. Os meios de comunicação impressos foram crescentemente substituídos pela comunicação de massa eletrônica, especialmente a televisão, transformando as próprias condições de interação, comunicação e difusão da informação nas sociedades modernas. A idéia original da esfera pública ligada ao meio impresso e ao comportamento de interação face a face

em um local físico comum não pode ser diretamente aplicada às condições criadas pelo desenvolvimento dos novos meios técnicos.

1.3 Comunicação de massa

Há alguns aspectos a considerar em relação à comunicação de massa. Em primeiro lugar, observa Thompson, a expressão “massa” remete à idéia do acesso às mensagens transmitidas pelas indústrias da mídia por audiências relativamente amplas. Entretanto, observa que o termo “massa” não deve ser tomado em termos estritamente quantitativos e relacionado a audiências inertes e indiferenciadas, pois o processo de recepção desses meios pode ser ativo, crítico e socialmente diferenciado.

A comunicação de massa pressupõe a produção de bens simbólicos em larga escala, o que é possível graças à fixação das formas simbólicas em meios técnicos e respectiva reprodução. Essa fixação pode implicar processos de codificação e armazenamento em um substrato material, o que permite que as formas simbólicas sejam tornadas acessíveis a numerosos receptores.

A comunicação de massa institui uma ruptura fundamental entre o produtor e o receptor, de tal modo que os receptores têm relativamente pouca possibilidade de contribuir no curso e no conteúdo do processo de comunicação. Dessa forma, sugere o termo “transmissão” ou “difusão” de mensagens, em vez de comunicação como tal. Nesse sentido, devido à ruptura entre o produtor e o

receptor, os processos de produção e de transmissão ou difusão são caracterizados por uma forma de indeterminação.

Há em consequência do desenvolvimento da comunicação de massa, uma reconstituição dos limites entre vida pública e privada. A midiática dos acontecimentos públicos confere publicidade aos acontecimentos. A transmissão por televisão das sessões parlamentares pode provocar discussão sobre a natureza dos próprios acontecimentos. Por exemplo, os membros do Parlamento podem obrigarse a estar presentes mais vezes e a ter mais cuidado com suas falas. A arena da política moderna, agora mediada, está aberta e é acessível de maneira tal que revela um novo tipo de fragilidade: o fenômeno da visibilidade pode escapar ao controle, e o exercício do poder político pode tornar-se sujeito à apreciação geral.

1.4 Reorientação da análise da ideologia

Thompson apresentou quatro proposições para reorientar a análise da ideologia na era da comunicação de massa.

Tese 1: A análise da ideologia nas sociedades modernas deve conceder um papel central à natureza e ao impacto da comunicação de massa, embora tal comunicação não seja o único local da ideologia. (THOMPSON, 1995, p. 341).

A midiática da cultura moderna é o quadro de referência em relação ao qual a ideologia deve ser reconsiderada, e não a secularização e a racionalização da vida social. A análise da ideologia deve perceber como o sentido presente nas formas simbólicas serve para estabelecer e sustentar relações de dominação, e

deve considerar os contextos de ação e interação dentro dos quais essas formas simbólicas mediadas são produzidas e recebidas.

A comunicação de massa não é o único local para a operação da ideologia nas sociedades modernas, por isso o estudo da ideologia deve ser suficientemente amplo para abranger a diversidade de contextos dentro dos quais as formas simbólicas circulam.

Tese 2: O desenvolvimento da comunicação de massa aumenta, significativamente, o raio de operação da ideologia nas sociedades modernas, pois possibilita que as formas simbólicas sejam transmitidas para audiências extensas e potencialmente amplas que estão dispersas no tempo e no espaço. (THOMPSON, 1995, p. 343).

Compreender a ideologia por meio do sentido presente nas formas simbólicas (servindo para estabelecer e sustentar relações de dominação) permite perceber que o desenvolvimento da comunicação de massa, e dos meios eletrônicos em especial, tem grandes conseqüências para a propagação e difusão dos fenômenos ideológicos. Os fenômenos ideológicos emergiram como fenômenos de massa com o desenvolvimento dos meios impressos, e esse aspecto foi acentuado com a chegada dos meios eletrônicos, especialmente da televisão.

Além disso, o caráter duplo da comunicação de massa eletronicamente mediada, devido ao acesso restrito à produção e difusão das formas simbólicas e relativamente irrestrito à recepção das mesmas, configura as maneiras e a extensão em que as formas simbólicas eletronicamente mediadas se tornam o local para a operação da ideologia nas sociedades modernas.

Tese 3: Não podemos analisar o caráter ideológico da comunicação de massa analisando apenas as características organizacionais das instituições da mídia ou as características das mensagens da mídia; ao contrário, as mensagens da mídia devem, também, ser analisadas em relação aos contextos e processos específicos em que elas são apropriadas pelos indivíduos que as recebem. (THOMPSON, 1995, p. 345).

Não se pode pressupor que os indivíduos agirão de maneira predeterminada ao receber as mensagens da mídia, tornando-se presos a certa ordem social. A estrutura e o conteúdo das mensagens da mídia devem ser analisados em relação à sua produção e recepção, bem como em relação à quase-interação mantida entre comunicadores e receptores. Os produtos da mídia, como todas as formas simbólicas, não são ideológicos em si mesmos, apenas quando servem para estabelecer e manter relações de dominação em circunstâncias sócio-históricas específicas.

Tese 4: Os vários meios de comunicação de massa e a natureza das quase-interações que esses meios possibilitam e mantêm definem parâmetros amplos dentro dos quais as mensagens assim transmitidas adquirem um caráter ideológico, mas tais meios não constituem essas mensagens como ideológicas. (THOMPSON, 1995, p. 347).

Os meios eletrônicos possibilitam a quase-interação ao tornar comunicadores personalidades conhecidas. Esses meios oferecem ao comunicador oportunidades para outras construções simbólicas com o auxílio de linguagem corporal, vestes e estilo. Apesar disso, as figuras políticas costumam empregar estratégias de construção simbólica que as apresentam em geral como personalidades simpáticas e acessíveis. Para avaliar a presença de conteúdo ideológico nas mensagens mediadas, é essencial relacioná-las aos contextos específicos em que serão recebidas. O argumento utilizado para a construção de uma personalidade simpática pode ser percebido, em contextos diferenciados e distantes de recepção, como um tipo comum e desinteressante.

A análise de Thompson é um contraponto à abordagem de Habermas, que desenha uma esfera pública fragmentada, fundamentada em uma sociedade representada por pessoas comprometidas ideologicamente e hipnotizadas pela indústria da mídia a serviço da manutenção do *status quo*. A visão de Thompson é

menos restritiva no sentido de não conter esse determinismo presente em Habermas; percebe uma nova configuração social à medida que os meios de comunicação de massa, especialmente a mídia eletrônica, contribuem para informar a sociedade e caracterizá-la por maior maturidade política e econômica. Para Thompson, as mensagens da mídia não são ideológicas em si mesmas, apenas quando servem para estabelecer e manter relações de dominação, e para perceber a ideologia nas mensagens é preciso abranger os diversos contextos em que circulam.

A abordagem de Thompson é útil tanto para a análise da ideologia nos discursos parlamentares como para a compreensão da influência dos novos meios de comunicação no registro do discurso parlamentar, o que se torna possível com o auxílio do enfoque da hermenêutica de profundidade (HP) desenvolvida por Thompson e apresentada na parte metodológica deste trabalho.

2 METODOLOGIA

O tema deste trabalho diz respeito à evolução do registro taquigráfico dos discursos parlamentares e à delimitação consciente dessa prática à transcrição do discurso proferido. Os questionamentos propostos referem-se à publicidade dos discursos parlamentares, à influência dos novos meios de comunicação no registro do discurso parlamentar, e à presença de elementos de ideologia nos discursos parlamentares.

O registro de discursos parlamentares em notas taquigráficas é uma forma antiga de dar publicidade às atividades legislativas, que coexiste com modernas tecnologias presentes nos parlamentos. O taquígrafo, partícipe da produção do texto, deve delimitar sua intervenção no sentido de preservar o que foi dito para a publicidade fiel de um pronunciamento, de uma posição, de um voto. Reconhecer os elementos de ideologia presentes em um discurso contribui para maior precisão de seu trabalho.

Entendida dessa forma a extensão da ação do taquígrafo no Parlamento, as questões que se apresentam para pesquisa são as seguintes:

1. Qual é a publicidade gerada pelas notas taquigráficas?
2. Qual o impacto da introdução dos novos meios de comunicação na atividade do taquígrafo?
3. É possível identificar elementos de ideologia na fala do orador?

Para esta pesquisa foi adotada a metodologia de análise qualitativa pela relevância de sua aplicação ao estudo das relações sociais e possibilidades que oferece para o estudo empírico.

A estratégia de busca de dados baseou-se nos seguintes passos:

- obtenção de dados históricos e atuais sobre a atividade de registro taquigráfico na Câmara dos Deputados;
- seleção de discurso parlamentar para análise de elementos de ideologia.

Os dados sobre a atividade de registro taquigráfico permitem a avaliação do impacto da introdução dos meios eletrônicos de produção e divulgação de discursos parlamentares na Câmara dos Deputados. A seleção do discurso foi feita com base no critério de relevância do assunto abordado e de atuação do parlamentar que o proferiu. O assunto abordado foi a invasão da Câmara dos Deputados, no dia 6 de junho de 2006, por integrantes do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), e o autor escolhido foi o Deputado Miro Teixeira, apontado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) como um dos 10 melhores parlamentares do Congresso Nacional, que também exerceu o cargo de Ministro de Estado das Comunicações entre fevereiro de 2003 e janeiro de 2004, e foi líder do atual Governo, em 2004.

Para fins de publicação, quando o discurso é lido há o procedimento de incluir no texto, logo após o nome do orador, a seguinte expressão: “pronuncia o seguinte discurso”. Quando o discurso não é lido, é manifestado no momento da fala sem elaboração prévia, após o nome do orador é incluída a expressão: “sem revisão

do orador”. O texto escolhido para análise não teve a revisão do orador, o que confere ao discurso maior autenticidade.

2.1 Análise qualitativa de dados

São aspectos essenciais da pesquisa qualitativa, de acordo com Flick (2004, p.20):

- apropriabilidade de métodos e teorias;
- perspectivas dos participantes e de sua diversidade;
- reflexividade do pesquisador e da pesquisa;
- variedade de abordagens e métodos empregados.

O estudo empírico de uma questão pode envolver a delimitação de idéias adequadas para investigação e a disponibilidade de métodos para avaliação do objeto de pesquisa. Flick sugere planejar métodos abertos o suficiente para que o objeto seja estudado em sua complexidade e totalidade no contexto diário.

As perspectivas dos participantes e de sua diversidade, na abordagem de Flick, aplicam-se a estudos de tópicos sobre perturbações mentais, que devem demonstrar as perspectivas do paciente, de seus familiares e de profissionais e os ambientes sociais a eles relacionados. Portanto, este não é um aspecto essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Nos métodos qualitativos, “as subjetividades do pesquisador e daqueles que estão sendo estudados são parte do processo de pesquisa” (FLICK, 2004, p.22), neles as reflexões do pesquisador contribuem para a construção da interpretação.

Não há conceito teórico e metodológico unificado para a pesquisa qualitativa, que, antes, caracteriza-se pela variedade de abordagens teóricas. Ao longo do desenvolvimento histórico, as linhas de pesquisa qualitativa enfocaram pontos de vista subjetivos, interações e relações entre as estruturas sociais e o significado das práticas sociais.

Outros aspectos listados por Flick para a pesquisa qualitativa e que são relevantes para este trabalho são a construção da realidade como base, pois permite perceber os atores e suas interações; os significados e as regras das situações sociais; e o texto como material empírico.

2.2 Categorias analíticas

Neste trabalho, o referencial metodológico da hermenêutica de profundidade (HP) proposto por Thompson (1995) é aplicado à prática do registro taquigráfico, considerando as notas taquigráficas dos discursos parlamentares como formas simbólicas. As formas simbólicas correspondem a “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 1995, p.79).

O enfoque da HP proposto por Thompson (2002, p.365), compreende três fases ou procedimentos principais:

1. **Análise sócio-histórica:** tem por objetivo reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, considerando:

- situações espaço-temporais - locais específicos e tempos particulares em que as formas simbólicas são produzidas e recebidas;
- campos de interação - onde as pessoas empregam recursos e se observa uma variedade de regras, convenções;
- instituições sociais - conjuntos relativamente estáveis de regras, recursos e relações sociais estabelecidas;
- estrutura social - assimetrias e diferenças relativamente estáveis que caracterizam as instituições sociais e os campos de interação;
- meios técnicos de transmissão - substrato material em que, e através do qual, as formas simbólicas são produzidas e transmitidas.

2. **Análise formal ou discursiva:** análise das características estruturais, padrões, relações e organização interna das formas simbólicas.

- análise semiótica - análise das formas simbólicas em suas características estruturais internas, seus elementos constitutivos e inter-relações, interligando-os aos sistemas e códigos dos quais eles fazem parte;

- análise da conversação - estudo das instâncias da interação lingüística nas situações concretas em que elas ocorrem;
- análise sintática - análise das maneiras como as formas gramaticais operam no discurso cotidiano construindo significados;
- análise narrativa - identificação dos efeitos que operam dentro de uma narrativa particular;
- análise argumentativa - tem por objetivo reconstruir e tornar explícitos os padrões de inferência que caracterizam o discurso.

3. Interpretação/reinterpretação: construída sobre a análise discursiva e os resultados da análise sócio-histórica, implica a construção criativa de possíveis significados, de um novo pensamento. É simultaneamente um processo reinterpretação.

Tendo em vista que a razão da intervenção do taquígrafo é dar conhecimento ao público das atividades parlamentares, é bastante útil a narrativa histórica empreendida por Habermas para a compreensão do conceito de esfera pública e da publicidade como supervisão da atividade legislativa. A abordagem de Habermas também é esclarecedora para a análise sócio-histórica e para a interpretação da prática do registro taquigráfico na aplicação da metodologia da HP neste trabalho.

A avaliação do impacto dos novos meios de comunicação na atividade do taquígrafo diz respeito às condições de produção e distribuição dos textos. Por esse motivo, a HP restringe-se à análise sócio-histórica aplicada aos períodos anterior e posterior à introdução dos meios eletrônicos de divulgação, procurando reconstruir

as respectivas condições sociais e históricas de produção e circulação dos discursos parlamentares; à análise discursiva aplicada à prática do registro taquigráfico; e à interpretação dos resultados das análises anteriores.

A ideologia do autor de um pronunciamento é um aspecto a ser preservado na transcrição de um discurso e por isso o taquígrafo deve reconhecê-la. Para ilustrar a presença de elementos de ideologia em um discurso, é proposta uma análise da ideologia a partir das categorias analíticas estabelecidas por Thompson (1995) em *Ideologia e cultura moderna*, conforme se apresente no texto escolhido. O quadro elaborado por Francisca Cordelia da Silva (2005) reúne os modos de operação de ideologia:

Ideologia	
Modos de operação	Subcategorias dos modos de operação
1. Legitimação Processo de tornar as relações de dominação legítimas e dignas de apoio.	1.1 Racionalização Processo em que o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que justificará um conjunto de relações ou instituições sociais.
	1.2 Universalização Forma que se baseia em tentar tornar universais os interesses de alguns indivíduos.
	1.3 Narrativização Processo que usa histórias sobre o passado para retratar o o presente e para criar tradições aceitáveis, reforçando a dominação.
2. Dissimulação Processo em que as relações de dominação são sustentadas e estabelecidas pelo fato de serem negadas, ocultadas ou obscurecidas.	2.1 Deslocamento Ocorre quando um termo geralmente usado para se referir a um termo é usado como referência a outro, transferindo para o segundo as conotações positivas e negativas do primeiro.

	<p>2.2 Eufemização</p> <p>Atribuição de conotação positiva a ações, instituições ou relações sociais.</p> <p>2.3 Tropo</p> <p>Uso figurativo da linguagem ou das formas simbólicas para dissimular as relações sociais.</p> <p>Os tropos mais usados são:</p> <p><u>Sinédoque</u>: consiste em usar a parte para se referir ao todo ou vice-versa.</p> <p><u>Metonímia</u>: uso de um termo que ocupa lugar de uma coisa como se fosse a mesma coisa.</p> <p><u>Metáfora</u>: “implica a aplicação de um termo ou frase a um objeto ou ação à qual ele, literalmente, não pode ser aplicado” (THOMPSON, 1995, p. 85).</p>
<p>3. Unificação</p> <p>Consiste em unir os indivíduos por meio de uma forma simbólica, tornando-os parte de uma unidade da qual não necessariamente fazem parte, mas da qual passam a acreditar que participam.</p>	<p>3.1 Estandardização ou padronização</p> <p>As formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, o qual é proposto como aceitável e, por isso, deve ser compartilhado por todos.</p> <p>3.2 Simbolização da unidade</p> <p>“Envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas através de um grupo ou de uma pluralidade de grupos.” (THOMPSON, 1995, p. 86).</p>
<p>4. Fragmentação</p> <p>Consiste em fragmentar os indivíduos que compõem um grupo que poderia ameaçar o poder dominante, pois, ao segmentá-los, fica mais fácil dominá-lo.</p>	<p>4.1 Diferenciação</p> <p>Consiste em enfatizar as diferenças e divisões entre as pessoas e grupos, desunindo-os e desorganizando as relações que poderiam ameaçar o poder dominante.</p> <p>4.2 Expurgo do outro</p> <p>Envolve a construção de um inimigo que é retratado como inimigo coletivo, um mal ameaçador, contra o qual o grupo deve combater unido.</p>
<p>5. Reificação</p> <p>Consiste na retratação de uma situação transitória, histórica, como se fosse permanente, natural e atemporal.</p> <p>A Reificação tira do fato seu caráter histórico e transforma-o em fato permanente.</p>	<p>5.1 Naturalização</p> <p>Consiste em tornar natural ou inevitável algo que é criação social.</p> <p>5.2 Eternização</p> <p>Consiste em suprimir a efemeridade de fenômenos históricos e sociais, tornando-os permanentes.</p>

	<p>5.3 Nominalização</p> <p>“Acontece quando sentenças, ou parte delas, descrições da ação e dos participantes nelas envolvidos, são transformados em nomes”, dando assim um caráter de acontecimento ao que era uma ação.” (THOMPSON, 1995, p. 88).</p> <p>5.4 Passivização</p> <p>Ocorre quando os verbos da voz ativa são colocados na voz passiva, apagando o sujeito que pratica a ação.</p> <p>Assim, os processos tornam-se coisas.</p>
--	--

3 ANÁLISE

O desenvolvimento deste trabalho se faz pela aplicação da metodologia da hermenêutica de profundidade (HP) à taquigrafia na Câmara dos Deputados, permitindo uma visão dessa prática em perspectiva histórica e institucional, bem como a evolução da produção e transmissão das notas taquigráficas ao longo do tempo. Há também a identificação dos elementos de ideologia presentes em um discurso, com base nas categorias analíticas propostas por Thompson (1995).

3.1 Enfoque da hermenêutica de profundidade

Thompson (1995) propôs o enfoque da hermenêutica de profundidade (HP) como um referencial metodológico para a contextualização social das formas simbólicas e avaliação de suas características. Esse enfoque constitui-se da inter-relação sistemática de procedimentos distintos de análise: a análise sócio-histórica, a análise formal ou discursiva e a interpretação e reinterpretação. Ao final, apresento uma interpretação dessa atividade nos dias atuais.

3.1.1 Análise sócio-histórica

A análise histórica é construída por meio da reconstituição das situações espaço-temporais, dos campos de interação, das instituições sociais, e dos meios técnicos de transmissão.

3.1.1.1 Situação espaço-temporal

A taquigrafia parlamentar foi instituída no parlamento brasileiro há 183 anos, em 3 de maio de 1823, para funcionar na primeira Assembléia Constituinte, e sua introdução deve-se a José Bonifácio de Andrada e Silva. Os primeiros taquígrafos trabalhavam em condições adversas, conforme relata Waldir Cury:

[...] escrevia-se com pena de pato (material não-apropriado para apanhamentos taquigráficos em altas velocidades); não contavam com sistema de som como hoje em dia; faziam a tradução dos apanhamentos taquigráficos a mão, já que não dispunham de máquinas de escrever, ficavam situados a grandes distâncias dos oradores, pois, por causa de um preconceito da época, era vedada a entrada de taquígrafos no interior do recinto (o recinto era exclusivamente reservado para os senhores constituintes); e para piorar, no local a eles reservados para taquigrafar, ouvia-se o estrépito da rua comunicado à sala pelas janelas abertas. (CURY. Disponível em: <www.taquigrafia.emfoco.nom.br>. Acesso em 22 ago. 2006).

Em 1962, após a transferência da Capital para Brasília, eram responsáveis pela execução dos serviços taquigráficos, na Câmara dos Deputados, a Diretoria de Registro Taquigráfico de Debates e a Diretoria de Revisão e Redação, que na configuração atual compõem o Departamento de Taquigrafia, Revisão e

Redação. Sua localização é próxima ao plenário principal, o Plenário Ulysses Guimarães. No exercício de suas atividades, o taquígrafo tem livre acesso ao plenário e conta com um local específico para o apanhamento taquigráfico, cuja disposição no recinto favorece o acompanhamento dos eventos ocorridos. São dois nichos dispostos lado a lado, logo abaixo das tribunas e da mesa à qual se assenta o presidente. A seguir uma ilustração da situação atual.

Figura 1: Plenário Ulysses Guimarães



Fonte: Banco de Imagens da Câmara dos Deputados. Foto Institucional Reynaldo Stavale.

3.1.1.2 Campo de interação

O campo de interação é naturalmente o plenário. Nele interagem os parlamentares, os funcionários (incluídos os taquígrafos e revisores) e outros, além das pessoas que se fazem presentes nas galerias. Essa interação é pautada pelo

Regimento Interno da Câmara dos Deputados, conjunto de normas de funcionamento da instituição, que assim dispõe sobre as sessões plenárias da Câmara:

Art. 73. Para a manutenção da ordem, respeito e austeridade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

I - só Deputados e Senadores podem ter assento no Plenário, ressalvado o disposto no art. 77, §§ 2º e 3º;

II - não será permitida conversação que perturbe a leitura de documento, chamada para votação, comunicações da Mesa, discursos e debates;

III - o Presidente falará sentado, e os demais Deputados, de pé, a não ser que fisicamente impossibilitados;

IV - o orador usará da tribuna à hora do Grande Expediente, nas Comunicações de Lideranças e nas Comunicações Parlamentares, ou durante as discussões, podendo, porém, falar dos microfones de apartes sempre que, no interesse da ordem, o Presidente a isto não se opuser;

V - ao falar da bancada, o orador em nenhuma hipótese poderá fazê-lo de costas para a Mesa;

VI - a nenhum Deputado será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda, e somente após essa concessão a taquigrafia iniciará o apanhamento do discurso;

VII - se o Deputado pretender falar ou permanecer na tribuna anti-regimentalmente, o Presidente adverti-lo-á; se, apesar dessa advertência, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por terminado;

VIII - sempre que o Presidente der por findo o discurso, os taquígrafos deixarão de registrá-lo;

IX - se o Deputado perturbar a ordem ou o andamento regimental da sessão, o Presidente poderá censurá-lo oralmente ou, conforme a gravidade, promover a aplicação das sanções previstas neste Regimento;

X - o Deputado, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente, ou aos Deputados de modo geral;

XI - referindo-se, em discurso, a colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor ou de Deputado; quando a ele se dirigir, o Deputado dar-lhe-á o tratamento de Excelência;

XII - nenhum Deputado poderá referir-se de forma descortês ou injuriosa a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas deste e dos demais Poderes da República, às instituições nacionais, ou a Chefe de Estado estrangeiro com o qual o Brasil mantenha relações diplomáticas;

XIII - não se poderá interromper o orador, salvo concessão especial deste para levantar questão de ordem ou para apartear-lo, e no caso de comunicação relevante que o Presidente tiver de fazer;

XIV - a qualquer pessoa é vedado fumar no recinto do Plenário.

Art. 74. O Deputado só poderá falar, nos expressos termos deste Regimento:

I - para apresentar proposição;

II - para fazer comunicação ou versar assuntos diversos, à hora do Expediente ou das Comunicações Parlamentares;

III - sobre proposição em discussão;

IV - para questão de ordem;

V - para reclamação;

VI - para encaminhar a votação;

Art. 76. Nenhum discurso poderá ser interrompido ou transferido para outra sessão, salvo se findo o tempo a ele destinado, ou da parte da sessão em

que deve ser proferido, e nas hipóteses dos arts. 70, 71, 73, XIII, 79, § 3º, 82, § 2º, e 91.

Art. 77. No recinto do Plenário, durante as sessões, só serão admitidos os Deputados e Senadores, os ex-parlamentares, os funcionários da Câmara em serviço local e os jornalistas credenciados.

§ 1º Será também admitido o acesso a parlamentar estrangeiro, desde que no respectivo Parlamento se adote igual medida.

§ 2º Nas sessões solenes, quando permitido o ingresso de autoridades no Plenário, os convites serão feitos de maneira a assegurar, tanto aos convidados como aos Deputados, lugares determinados.

§ 3º Haverá lugares na tribuna de honra reservados para convidados, membros do Corpo Diplomático e jornalistas credenciados.

§ 4º Ao público será franqueado o acesso às galerias circundantes para assistir às sessões, mantendo-se a incomunicabilidade da assistência com o recinto do Plenário.

Art. 78. A transmissão por rádio ou televisão, bem como a gravação das sessões da Câmara, depende de prévia autorização do Presidente e obedecerá às normas fixadas pela Mesa.

O próprio Deputado pode fazer a revisão de seus pronunciamentos e apartes, observadas as disposições regimentais. Para tanto, deve comunicar esse interesse no mesmo dia ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, que fornecerá a respectiva transcrição. Caso o discurso não seja devolvido dentro de cinco sessões, o departamento fará publicar o texto sem a revisão do orador.

3.1.1.3 Instituição social

Segundo Thompson, “as instituições sociais estão situadas dentro dos campos de interação, aos quais elas dão forma através da fixação de uma gama de posições e trajetórias” (THOMPSON, 1995, p. 367). Nesta pesquisa, a instituição social é o Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, que se subordina diretamente à Diretoria Legislativa no organograma da Câmara dos Deputados.

São competências do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação (DETAQ), expressas em www2.camara.gov.br/conheca/estruturaadm/detaq :

1. planejar, organizar e dirigir as atividades pertinentes ao registro taquigráfico, revisão e redação final dos pronunciamentos e debates ocorridos no Plenário principal, nas Comissões Técnicas e, por determinação do Presidente da Casa, em outros eventos que envolvam assuntos relacionados com as atividades legislativas da Câmara dos Deputados;

2. elaborar e divulgar as súmulas de discursos;

3. manter sistemas de armazenamento e recuperação de informações relativas a pronunciamentos parlamentares e atividades típicas de registro taquigráfico.

O quadro de taquígrafos da Câmara dos Deputados é composto por profissionais de nível superior admitidos após concurso público em que são avaliados em diversos campos do conhecimento e quanto ao domínio da técnica do registro rápido. As etapas de produção das notas taquigráficas envolvem registro, revisão e supervisão, e o resultado final do texto depende da boa integração dessas fases. Para a consecução de suas atividades, o DETAQ possui a seguinte estrutura e principais atividades:

Coordenação de Registro Taquigráfico – acompanhamento, registro taquigráfico e decifração dos pronunciamentos e debates ocorridos no Plenário principal da Casa e nas Comissões.

Coordenação de Revisão – revisão dos pronunciamentos e debates ocorridos no Plenário principal da Casa e nas Comissões, e elaboração do sumário das sessões plenárias.

Coordenação de Redação Final – redação final dos pronunciamentos e debates ocorridos no Plenário principal da Casa e nas Comissões; revisão e redação final dos discursos encaminhados dos gabinetes, lidos ou não em plenário, cuja publicação for autorizada.

Coordenação de Histórico de Debates – indexação de discursos ocorridos no Plenário e nas Comissões.

Serviço de Administração - responsável por todas as atividades de caráter administrativo do DETAQ.

3.1.1.4 Meios técnicos de produção e transmissão

Os meios técnicos de produção e transmissão são o substrato material em que as formas simbólicas são produzidas e através do qual são transmitidas, de acordo com o conceito de Thompson (1995). Neste trabalho, as formas simbólicas são as notas taquigráficas do discurso parlamentar; os meios técnicos de produção são a transcrição, a revisão, e a redação final; e os meios técnicos de transmissão são os meios impresso e eletrônico.

É importante destacar que os princípios que regem toda a produção do texto são o registro de cada palavra proferida e a fidelidade à fala do orador. O registro taquigráfico continua sendo a maneira pela qual é possível haver rigor na transcrição do que é ouvido e na identificação do orador. Os programas de estenotipia computadorizada desenvolvidos para esse fim, como o *Computer Aided*

Transcription System, e testados pelo Departamento de Taquigrafia, apresentaram resultados limitados devido principalmente à diversidade dos eventos no plenário e à variedade de pronúncia e dicção dos 513 deputados.

A gravação é um instrumento de apoio à transcrição dos discursos, da qual se vale o taquígrafo para garantir fidelidade à fala do orador e inexistência de dúvidas em relação ao que foi dito. A gravação se fazia em fita K7, e com a implantação do Sistema de Informatização da Taquigrafia (SITAQ), hoje se recorre a gravações de formato MP3, recurso que permite acesso instantâneo ao registro sonoro do plenário.

Até fins dos anos 80, os textos decifrados eram datilografados e depois encaminhados às etapas seguintes de revisão e de supervisão. A informatização do Departamento de Taquigrafia e a implantação do SITAQ proporcionaram maior agilidade na confecção dos textos, maior produtividade por etapa de produção, e tornaram possível rápida circulação interna dos discursos parlamentares entre as etapas de produção. A conexão à Internet permitiu um ganho sem precedentes para a pesquisa sobre assuntos abordados no discurso, e que se faz necessária para esclarecimentos quanto ao tema versado, às grafias de nomes próprios, entre outros. A seguir, imagem recente do Serviço de Taquigrafia da Câmara dos Deputados.

Figura 2: Ilhas de trabalho da Coordenação de Taquigrafia



Fonte: www.taquibras.com.br

3.1.2 Análise formal ou discursiva

Nos termos propostos por Thompson (1995), a análise formal ou discursiva baseia-se nas seguintes análises: semiótica, conversação, sintática, narrativa e argumentativa. Não quero aqui analisar aspectos lingüísticos, mas mostrar o atual contexto de distribuição e recepção do texto produzido no Departamento de Taquigrafia. Por esse motivo, neste tópico a análise formal se restringirá à análise semiótica, que tem por objeto qualquer sistema de signos.

A publicação das notas taquigráficas dos discursos proferidos em plenário era feita exclusivamente em meio impresso, no Diário Oficial da Câmara dos Deputados; a introdução da tecnologia de informática permitiu a publicação também

em meio eletrônico, na Internet. Atualmente, coexistem ambas as formas de publicação: o meio impresso, que é a maneira tradicional de tornar público o trabalho legislativo; e o meio eletrônico, que dá transparência ao processo legislativo na medida em que as notas taquigráficas dos debates, discursos e votações no plenário estão disponíveis no endereço eletrônico www.camara.gov.br poucos minutos após terem sido proferidos.

Na divulgação em meio impresso, no Diário Oficial da Câmara dos Deputados, a interação do público com o discurso parlamentar é mais específica, caracteriza-se mais pela consulta, pesquisa e informação. O mesmo discurso, quando lançado na Internet, tem alcance infinitamente maior, visto que pode ser acessado em qualquer lugar e a qualquer tempo. A Internet também amplia a interação do público com o discurso parlamentar, pois além de poder ser utilizado para consulta e pesquisa, a rede de computadores permite rápido intercâmbio de informações e mensagens sobre o discurso parlamentar, que passa a circular em diversos endereços eletrônicos.

As notas taquigráficas também estão disponíveis na Rede Câmara, uma rede interna de computadores (Intranet), que tem o objetivo principal de disseminar informações de maneira rápida e eficiente entre os usuários da Casa. Além disso, a taquigrafia faz parte do Sistema de Informações Legislativas (SILEG), que disponibiliza as informações sobre todo o processo legislativo, permitindo ao usuário acessar o texto completo das proposições e conhecer as alterações feitas no texto original, verificando instantaneamente, a partir do cruzamento de dados, que discurso cada Deputado proferiu e de que forma votou.

Anexo a este trabalho há imagens da reprodução dos discursos parlamentares nos meios de comunicação. No Anexo (A) reproduz-se uma publicação do Diário do Congresso Nacional, disponível em meio impresso e na Internet (endereço eletrônico www.camara.gov.br); no Anexo (B) há uma apresentação das notas taquigráficas dos discursos parlamentares veiculadas na Intranet; e no Anexo (C) há uma mensagem do MSN Hotmail contendo trecho do discurso do Senador Flexa Ribeiro (PSDB). Pode-se dizer que a publicação impressa no Diário da Câmara dos Deputados é mais distante do público no sentido de ser um diário oficial contendo o registro das sessões de uma forma estática, com possibilidades mais limitadas de interação. As notas taquigráficas dos discursos parlamentares disponíveis na Intranet têm veiculação relativamente mais ampla e ágil. Já o discurso que circula na Internet aproxima-se do público no sentido de permitir uma interação mais dinâmica, pois pode ser analisado, comentado e enviado por várias pessoas a muitas outras, entre elas os eleitores.

3.1.3 Interpretação/reinterpretação

A interpretação envolve a construção de um conceito ou uma avaliação a partir de um fato ou objeto; implica a construção criativa de possíveis significados e de um novo pensamento, e neste sentido é ao mesmo tempo um processo de reinterpretação. Neste trabalho, a interpretação é feita com base nas análises sócio-histórica e formal ou discursiva, desenvolvidas ao longo deste tópico. A partir disso, apresento uma reinterpretação do quadro observado recorrendo ao material teórico. Lembro aqui a ponderação de Thompson (2002) de que esse processo é

necessariamente aberto à discussão, pois dar sentido a algo implica a compreensão que cada um tem sobre uma questão.

Vimos na análise sócio-histórica que a taquigrafia foi introduzida no Parlamento brasileiro em 1823, e que, no início, eram precárias as condições de trabalho dos taquígrafos. Cury, aliás, alegou que havia, à época, preconceito contra os taquígrafos, pois sequer podiam adentrar o plenário para o registro taquigráfico. Outra maneira de ver essa condição pode ser apreendida empregando a observação de Habermas (1984) sobre a dificuldade de dar publicidade aos debates parlamentares no Parlamento londrino, em 1771:

De qualquer modo, naquela época a exclusão do público quanto às resoluções e aos debates parlamentares já não podia mais ser mantida, no momento em que um *memory* Woodfall fez do *Morning Chronicle* o primeiro jornal londrino por ser capaz de reproduzir, palavra por palavra, mesmo sem tomar notas (pois era proibido fazê-lo nas galerias da Casa dos Comuns), dezesseis colunas de discursos parlamentares. Um lugar nas galerias para os jornalistas só foi arranjado oficialmente em 1803 pelo *Speaker*: por quase um decênio eles tinham tido de conseguir ilegalmente um acesso. Mas só no novo prédio do Parlamento, depois do incêndio de 1834, é que foram construídas tribunas para repórteres — dois anos depois que a *Reform Bill* havia feito do Parlamento um órgão da opinião pública que há muito tempo já era comentado criticamente. (HABERMAS, 1984, p. 80).

A citação de Habermas mostra a relutância do Parlamento londrino em tornar públicos os debates parlamentares, o que pode ser aplicado à situação descrita no Parlamento brasileiro em 1823. Embora sejam profissionais distintos, o jornalista elabora notícias e o taquígrafo registra o pronunciamento de discursos, o trabalho de ambos dá publicidade a esses acontecimentos. Assistiu-se a uma preocupação cada vez maior em dar visibilidade às atividades do Parlamento, e a taquigrafia, como um instrumento de registro dos discursos, debates e votações, profissionalizou-se na Câmara dos Deputados. Conforme vimos, existe hoje um departamento na estrutura administrativa da Casa para esse serviço, que é executado por um corpo técnico admitido mediante concurso público, cujas

atividades estão previstas no Regimento Interno, e que conta com local estratégico no plenário para o bom cumprimento de suas funções.

Em sua análise, Habermas (1984) concluiu que o desenvolvimento das instituições da mídia tirou da esfera pública burguesa a capacidade de formar uma opinião pública crítica. Sem discordar de Habermas quanto ao surgimento da mídia manipulativa, Thompson (1995) argumentou que houve também uma ampliação da vulnerabilidade dos líderes políticos devido à maior visibilidade que passaram a ter diante de audiências mais amplas e mais informadas. Concordo com a observação de Thompson de que a publicidade proporcionada pela transmissão das sessões plenárias por rádio e televisão tem o poder de compelir os parlamentares a se fazerem presentes no plenário e a terem mais cuidado com suas falas. Mas, assim como Habermas, entendo que grande parte do debate de importantes questões tenha-se deslocado para locais distantes do domínio público.

O próprio Regimento Interno da Câmara dos Deputados, conforme citado anteriormente, estabelece um ambiente de respeito e austeridade nas sessões plenárias, e as regras dizem respeito tanto à forma quanto ao conteúdo do uso da palavra. Em relação à forma, há hierarquia no uso da palavra quando determina que o presidente falará sentado e os deputados em pé (exceto se impossibilitados fisicamente); há polidez quando dispõe que, falando da tribuna, o deputado nunca o fará de costas para a Mesa da Presidência, usará o tratamento de “Senhor”, “Deputado” ou “Excelência” ao referir-se a colega parlamentar, e não poderá referir-se a colegas ou autoridades de forma descortês ou injuriosa; há ordem ao proibir conversação que perturbe os discursos e debates e ao determinar que o deputado só falará após o presidente ter-lhe concedido a palavra. Em relação ao conteúdo, o Regimento Interno estabelece expressamente que o deputado só poderá falar para

apresentar ou discutir proposição, para formular questão de ordem ou reclamação, para encaminhar votação e para fazer comunicação às fases da sessão que correspondam ao Expediente ou Comunicações Parlamentares.

A respeito da visibilidade e da publicidade proporcionada pelos novos meios de comunicação, vale lembrar um outro aspecto da ação de tornar público os acontecimentos do Poder Legislativo e para o qual a taquigrafia também contribui: a transparência da prática legislativa. O princípio do registro fiel à fala do orador permite o conhecimento exato das discussões e votações das proposições. Além disso, a divulgação quase instantânea das notas taquigráficas em meio eletrônico dão um sentido de transparência e agilidade no acesso a essas informações. O fato de haver transmissão diária das sessões plenárias por rádio e televisão pelo sistema próprio de comunicação — o Sistema de Comunicação da Câmara dos Deputados (SECOM), do qual fazem parte a Rádio Câmara e a TV Câmara —, não levou, até o momento, ao desuso das notas taquigráficas dos discursos. O mesmo ocorreu em relação à mídia impressa, ou seja, o surgimento do Jornal da Câmara não suprimiu a publicação do Diário da Câmara dos Deputados. Todas essas formas de publicidade do exercício legislativo, no sentido de torná-lo público, parecem ser não excludentes e sim complementares, pois têm finalidades distintas a partir de uma mesma origem: os discursos parlamentares.

O enfoque da hermenêutica de profundidade aplicado à taquigrafia mostra o fortalecimento da publicidade como instrumento de supervisão legislativa, tornada oficial no âmbito interno da Câmara dos Deputados e na sua relação externa com o público. Essa publicidade oficial, que segue as regras previstas no Regimento Interno, teve reforçado o caráter de transparência da informação com a agregação da inovação tecnológica aos meios técnicos de produção e transmissão das notas

taquigráficas dos discursos parlamentares. Ao mesmo tempo, essa inovação aumentou a produtividade e melhorou o resultado final dos registros taquigráficos. A introdução dos meios de comunicação na transmissão e exibição das sessões plenárias por rádio e televisão não interferiu diretamente na atividade de taquigrafia parlamentar, pois esta é por definição um registro oficial, relacionada antes à transmissão ou difusão de mensagens do que à comunicação como tal.

3.2 Operação da ideologia

A ideologia do autor de um pronunciamento é um aspecto a ser preservado na transcrição de um discurso e por isso o taquígrafo deve reconhecê-la. Este tópico é um exercício de identificação da presença de elementos de ideologia em um discurso, com base nas categorias analíticas propostas por Thompson (1995) em *Ideologia e cultura moderna*, apresentadas no capítulo metodológico.

Antes de da análise do discurso, para melhor compreensão do tema abordado, apresento a seguir uma breve exposição dos acontecimentos que motivaram o discurso.

No dia 6 de junho de 2006, cerca de 700 integrantes do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), invadiram as dependências da Câmara dos Deputados e quebraram, com pedaços de pau, as portas de vidro da entrada do Anexo 2, próxima ao plenário da Casa. Além disso, lançaram contra o vidro um carro que seria sorteado pela Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados e atiraram ao chão uma estátua do ex-governador Mário Covas. A segurança da

Câmara não conseguiu conter os manifestantes. Segundo o movimento, as depredações aconteceram porque os militantes foram proibidos de entrar na Câmara.

Entre os Deputados que se encontravam em plenário, alguns discursaram classificando o ato de vandalismo, sem vinculá-lo à direita ou à esquerda; outros o relacionaram à falta de comando, à licenciosidade e à corrupção no país; e outros viram no episódio uma tentativa de desestabilizar a democracia. O discurso escolhido enquadra-se nessa última linha. O autor, o Deputado MT, é um parlamentar experiente, em seu oitavo mandato, e em suas declarações tem alertado que a democracia corre perigo.

No discurso, o Deputado faz uma questão de ordem ao Deputado Inocêncio Oliveira, que presidia os trabalhos da sessão, no sentido de retirar o pedido de envio de tropas da Polícia do Exército para garantir a integridade da Casa. O discurso foi feito de improviso, sem revisão do orador. O presidente acatou a questão de ordem, acrescentando, em outro momento, que a melhor forma de garantir a autonomia do Poder Legislativo seria trabalhando normalmente, ou seja, dando prosseguimento à sessão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, as manifestações populares recentes em Paris revelaram reivindicações legítimas, mas no meio dos manifestantes legítimos havia provocadores infiltrados. Minha impressão é de que o que se passa hoje nesta Casa - parece que agora a tentativa é de invasão deste plenário - é um movimento articulado.

Vivemos hoje na era da informação, e há Deputados que se sentem muito atraídos pelas lâmpadas, querendo dar entrevistas aqui e ali, explorar o momento. Não vou exibir esta pedra, não quero fazer a fotografia, não quero ser confundido com esses que fazem do mandato um espetáculo.

Esta pedra estava aqui na porta do plenário. Ninguém pode imaginar que isto resulte de manifestação espontânea. Alguém trouxe esta pedra lá de fora, infiltrado entre pessoas que defendem uma causa justa. Quem é que não defende o fim do trabalho escravo? Normalmente esses grupos são "radicalões" de extrema direita com cara de extrema esquerda. São pagos pela extrema direita, não tenham dúvida.

Acho que não se deve chamar a Polícia do Exército. A Câmara dos Deputados não está ao alcance de vagabundos. Mas temos de estar atentos, porque só ousam fazer isso por causa do que aqui se revelou desde o começo deste mandato - não vamos dizer que tenha começado neste mandato, mas certo é que agora se revelou.

Vimos o Senador Renan Calheiros pilotar uma sessão do Congresso Nacional como se estivesse numa nave espacial, cortando o som de microfones, apertando botões para tirar a palavra aos Deputados. Quando se nega ao Deputado o direito de falar e tudo fica por isso mesmo, acontece o que aconteceu há 1 ou 2 semanas com o Deputado João Fontes. De repente, alguém achou que podia, diante desta Casa, que está emasculada, ter a ousadia, impune, de pegar o telefone e ameaçar um Deputado. O Deputado João Fontes não vai ser assassinado, não. Não vai. Não vão atentar contra a vida dele, até porque isso seria inútil; outros se levantariam para denunciar os sanguessugas. Como não?! Mas ousaram usar um telefone da Câmara dos Deputados para ameaçá-lo. Passo a passo, chega-se a um momento como este.

Graças a Deus, os Deputados começam a vir para o plenário. Isso é que precisa ser feito.

Sr. Presidente, vou me desfazer daqui a pouco desta pedra. Não quero exibi-la, e aqui há muitas câmeras, então pode ficar a impressão de que estou querendo tirar fotografia. Não, não quero fotografia nenhuma. Usem a pedra como peso na mesa, para lembrar que isto aqui não nasce de um movimento espontâneo, não é a ira santa de um grupo que se reúne para debater. Isto estava guardado com alguém, foi recolhido aqui perto da porta do plenário, no chão. Isto é a demonstração de que houve um movimento articulado.

Eu desejo a revolta. A revolta existe dentro de cada um que enxerga o que se passa no Brasil. Mas a revolta não é sinônimo de violência. A revolta tem de ser manifestada, sim, contra tudo o que o Brasil está vivendo com este Congresso sendo manietado, amordaçado por Mesas Diretoras que parecem ter um padrão de elasticidade moral, que se recusam a mandar fazer apurações ou a atender requerimentos de criação de CPI. O campo fica fértil para o provocador. O provocador encontra o terreno já adubado - na acepção da palavra - por essas atitudes internas do Poder Legislativo.

Deploro a violência! Deploro a violência, mas é preciso refletir: por que esses agitadores, possivelmente de extrema direita, encontraram campo tão fértil para contaminar a massa de manifestantes?

É preciso assistir às gravações e analisar o que aconteceu, identificar quem estava no meio dessa invasão. Este volume aqui não passa despercebido em lugar nenhum.

Se o Presidente concordar, encaminho à Mesa a proposta de suspendermos a requisição de força da Polícia do Exército. Este Congresso já esteve cercado em outros tempos, já foi fechado. Nestes dias de democracia, temos de mostrar à população a autoridade também do poder civil, e nós temos autoridade para impedir a invasão deste plenário.

Não nos importamos de manter nossas posições quando este Congresso foi cercado e fechado em 1977. Ninguém recuou. Agora vamos dizer que o povo invadiu esta Casa? Não, o povo não invadiu esta Casa. Eu vi o que se passou. O povo não invadiu esta Casa, não. Havia um grupo de manifestantes bem-vindos, lutando contra o trabalho escravo, e, no meio desses manifestantes, pessoas infiltradas - pela atitude que tomavam, eram de extrema direita. Têm cara de esquerda, mas estão a serviço da extrema direita. Cabo Anselmo não existiu só um não. Pode haver muitos tentando desestabilizar a democracia, porque a democracia que eles querem é aquela que serve aos que detêm os cordões de poder.

Sr. Presidente, não vou sair por aí desfilando com esta pedra, mas seria bom que V.Exa. mandasse alguém recolhê-la, como indicação de que o que aconteceu não foi resultado de uma combustão espontânea, automática.

Sr. Presidente, retire esse pedido de envio de tropas do Exército. Vamos conseguir conter essa situação com a palavra, com o discurso, com autoridade e moral. Temos mandatos, recebemos votos. Não seremos desacatados nem pelos políticos que roubam, manipulam e infelicitam o País nem pelos infiltrados na massa do povo. Obrigado, Sr. Presidente.

No discurso selecionado, destacam-se os modos de operação da ideologia pela legitimação e pela fragmentação. Depreende-se da leitura de Thompson que a legitimação se expressa de forma a tornar as relações de dominação legítimas e dignas de apoio, e que a fragmentação consiste em opor-se em direção a algo apresentado como perigoso ou ameaçador. Para a legitimação, a estratégia adotada no discurso foi a racionalização, modo pelo qual o autor constrói uma cadeia de raciocínio que procura justificar sua tese e assim persuadir a audiência de que sua proposta é digna de apoio. Outra estratégia usada para a legitimação foi a narrativização, técnica que consiste em referir-se a histórias sobre o passado para retratar o presente. A operação da ideologia pela fragmentação encontra-se no discurso na forma do expurgo do outro, estratégia em que o autor constrói um inimigo retratado como perigoso e ameaçador e que, por isso, deve ser combatido.

Miro Teixeira expõe sua tese de que houve uma manifestação na Câmara dos Deputados contra o trabalho escravo, e entre os manifestantes havia pessoas infiltradas com um objetivo diferente: agir de forma planejada e articulada a fim de desestabilizar a democracia. Diante disso, sua proposta vai contra a decisão anterior da Presidência de solicitar o envio de tropas da Polícia do Exército para garantir a integridade da Casa, e propõe a retirada do pedido. Em todo o discurso, encontramos a operação da ideologia de legitimação da tese de MT com a finalidade de angariar apoio à sua proposta de retirar o pedido de envio de tropas do Exército.

Encontramos também a operação da ideologia de fragmentação, em que o autor constrói o inimigo que deve ser verdadeiramente combatido.

Para demonstrar a real natureza dos motivos da invasão, há o uso da narrativização de histórias sobre o passado para retratar o presente em relação a três situações históricas: as manifestações recentes em Paris, no primeiro parágrafo; o fechamento do Congresso em 1977 e a figura controvertida do Cabo Anselmo, ambas no décimo segundo parágrafo.

Sr. Presidente, as manifestações populares recentes em Paris revelaram reivindicações legítimas, mas no meio dos manifestantes legítimos havia provocadores infiltrados.

Em fins de março de 2006, grupos estudantis franceses, apoiados por movimento sindicais, saíram às ruas em Paris para protestar contra uma lei aprovada pelo Parlamento francês que retira benefícios trabalhistas de menores de 26 anos com o objetivo de encorajar as empresas a contratar jovens, faixa da população em que as taxas de desemprego ultrapassam os 20%. As manifestações foram marcadas pela violência: carros incendiados, lojas e escritórios saqueados e assaltantes infiltrados que fizeram um arrastão. À época, o Presidente francês Jacques Chirac reconheceu que os vândalos que provocaram a violência nada tinham nada a ver com os manifestantes. MT pode ter iniciado o discurso referindo-se a esse episódio para mostrar que na Câmara dos Deputados, como em Paris, houve a ação de pessoas infiltradas em um movimento de natureza legítima.

Não nos importamos de manter nossas posições quando este Congresso foi cercado e fechado em 1977. Ninguém recuou.

Sob o pretexto da recusa do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em aprovar projeto de emenda constitucional que reformava o Poder Judiciário, e na verdade prevendo vitória da oposição nas eleições de 1978, Geisel fechou o Congresso Nacional por duas semanas e mudou as regras eleitorais. De acordo com MT, naquele episódio as lideranças políticas não recuaram de suas posições, então, por que agora, quando se vive em uma democracia, irão eles, os deputados, aceitar o pretexto da invasão à Câmara dos Deputados para legitimar ações de dominação? “Agora vamos dizer que o povo invadiu esta Casa?”. Nega isso reiteradamente em seu discurso e acrescenta que viu o que se passou: pessoas de extrema direita infiltradas em uma manifestação bem-vinda contra o trabalho escravo.

Cabo Anselmo não existiu só um não. Pode haver muitos tentando desestabilizar a democracia, porque a democracia que eles querem é aquela que serve aos que detêm os cordões do poder.

Também encontramos a narrativização quando o autor se refere a um discutido personagem histórico, o Cabo Anselmo, cujo discurso em homenagem à Associação dos Marinheiros, entidade que liderava, serviu de pretexto para a precipitação do golpe militar, em 25 de março de 1964.

A racionalização é a estratégia adotada pelo autor para a construção de um raciocínio que procura justificar sua tese de pessoas infiltradas em um movimento legítimo. Podemos encontrá-la no primeiro parágrafo:

Minha impressão é de que o que se passa hoje nesta Casa - parece que agora a tentativa é de invasão deste plenário - é um movimento articulado.

Também encontramos a racionalização no terceiro parágrafo:

Esta pedra estava aqui na porta do plenário. Ninguém pode imaginar que isto resulte de manifestação espontânea. Alguém trouxe esta pedra lá de fora, infiltrado entre pessoas que defendem uma causa justa.

E ainda no sétimo parágrafo:

Isto estava guardado com alguém, foi recolhido aqui perto da porta do plenário, no chão. Isto é a demonstração de que houve um movimento articulado.”; e no décimo parágrafo: “É preciso assistir às gravações e analisar o que aconteceu, identificar quem estava no meio dessa invasão. Este volume aqui não passa despercebido em lugar nenhum.

A operação da ideologia de legitimação da tese de MT tem a finalidade de justificar e atrair apoio para sua proposta de retirar o pedido de envio de tropas do Exército. Inicialmente, a proposta surge mais como uma intenção, no quarto parágrafo: “Acho que não se deve chamar a Polícia do Exército”. Depois, aparece como uma proposta formal, no décimo primeiro parágrafo: “Se o Presidente concordar, encaminho à Mesa a proposta de suspendermos a requisição de força da Polícia do Exército”. Finalmente, no penúltimo parágrafo o autor é imperativo: “Sr. Presidente, retire esse pedido de envio de tropas do Exército.”

A fragmentação serve para construir um inimigo que é retratado como perigoso, no terceiro parágrafo:

Quem é que não defende o fim do trabalho escravo? Normalmente esses grupos são "radicalões" de extrema direita com cara de extrema esquerda. São pagos pela extrema direita, não tenham dúvida.

No quinto parágrafo, segue o expurgo do outro quando o autor constrói o inimigo coletivo em sua forma de operação: negar ao Deputado o direito de falar e ameaçar de morte Deputado que denunciar corrupção:

Vimos o Senador Renan Calheiros pilotar uma sessão do Congresso Nacional como se estivesse numa nave espacial, cortando o som de microfones, apertando botões para tirar a palavra aos Deputados. Quando se nega ao Deputado o direito de falar e tudo fica por isso mesmo, acontece o que aconteceu há 1 ou 2 semanas com o Deputado João Fontes. De

repente, alguém achou que podia, diante desta Casa, que está emasculada, ter a ousadia, impune, de pegar o telefone e ameaçar um Deputado. O Deputado João Fontes não vai ser assassinado, não. Não vai. Não vão atentar contra a vida dele, até porque isso seria inútil; outros se levantariam para denunciar os sanguessugas. Como não?! Mas ousaram usar um telefone da Câmara dos Deputados para ameaçá-lo. Passo a passo, chega-se a um momento como este.

O oitavo parágrafo mostra a necessidade de combater o inimigo coletivo:

A revolta tem de ser manifestada, sim, contra tudo o que o Brasil está vivendo com este Congresso sendo manietado, amordaçado por Mesas Diretoras que parecem ter um padrão de elasticidade moral, que se recusam a mandar fazer apurações ou a atender requerimentos de criação de CPI.

No encerramento de seu discurso, MT destaca a autoridade moral dos que têm mandatos e votos para contornar a situação: “Não seremos desacatados nem pelos políticos que roubam, manipulam e infelicitam o País nem pelos infiltrados na massa do povo” — estes, sim, são os verdadeiros inimigos.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho teve por objetivo analisar a publicidade gerada pelas notas taquigráficas dos discursos parlamentares, avaliar o impacto dos novos meios de comunicação na atividade do taquígrafo, e identificar elementos de ideologia no discurso parlamentar.

No desenvolvimento do trabalho procuramos conhecer a publicidade gerada pelas notas taquigráficas, e a leitura de Habermas (1984) foi importante para a compreensão de que a taquigrafia parlamentar se insere na supervisão do exercício da atividade legislativa. Também procuramos conhecer o impacto da introdução dos novos meios de comunicação na atividade do taquígrafo. Percebemos que a divulgação quase instantânea das notas taquigráficas em meio eletrônico trouxe um sentido de transparência e agilidade no acesso a essas informações.

O entendimento de que a taquigrafia é um registro fiel da atividade legislativa, um instrumento que torna possível a publicidade e a supervisão do exercício legislativo, além de documentar a história do Parlamento brasileiro e servir de apoio à elaboração das leis, permitiu a manutenção dessa atividade nos dias de hoje. O que tem havido é uma agregação da tecnologia de informática e da conexão à Internet à produção e distribuição das notas taquigráficas dos discursos, proporcionando, como vimos antes, maior produtividade e ampla circulação dos textos.

Em razão da velocidade das mudanças tecnológicas, é difícil prever uma configuração futura para essa atividade na Câmara dos Deputados. É possível que, uma vez desenvolvido um programa computadorizado que ofereça uma transcrição fiel dos pronunciamentos, as atividades se concentrem nas demais etapas de produção das notas taquigráficas: revisão, supervisão e redação final dos discursos. Permanecerão os princípios do registro taquigráfico: o registro de cada palavra e a fidelidade à fala do orador.

Por ser a nota taquigráfica um registro fiel, a atuação do taquígrafo na produção do texto deve ter o cuidado de não interferir nas intenções do orador. Surgiu, então, o interesse de ir além dos aspectos sintáticos e gramaticais formais de um texto, buscando identificar outros elementos respondendo à questão: é possível identificar elementos de ideologia na fala do orador? A análise do discurso crítica, empreendida com base nas categorias analíticas de Thompson (1995), foi um exercício que possibilitou refletir sobre como a operação da ideologia pode estar presente em um texto, que, no discurso selecionado, destaca-se pela legitimação e fragmentação.

Com este estudo, espero ter contribuído para melhor compreensão da finalidade e do alcance da taquigrafia parlamentar, salientando alguns aspectos que podem aprimorar e valorizar o trabalho do taquígrafo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conheça a Câmara. Estrutura Administrativa.

Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/conheca/estruturaadm/detaq>>.

Acesso em: 22 ago. 2006. 13:54.

BRASIL. Deputados.

Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/deputados/index.html/loadFrame.html>>.

Acesso em: 19 set. 2006. 09:42.

BRASIL. Resolução nº 17, de 1989, e alterado pelas Resoluções nº 1, 3 e 10, de 1991; 22 e 24, de 1992; 25, 37 e 38, de 1993; 57 e 58, de 1994; 1, 77, 78 e 80, de 1995; 5, 8 e 15, de 1996; 33, de 1999; 11 e 16, de 2000; 19, 21 e 25 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), de 2001; 27, 28 e 29, de 2002; 4 e 15, de 2003; 20, 22 e 23, de 2004; 30 e 34 de 2004. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/regimentointerno.html>>.

Acesso em: 22 ago. 2006. 11:34.

CURY, Waldir. Taquigrafia. *História da Introdução da Taquigrafia no Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro.

Disponível em: <<http://diadotaquigrafo.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2006. 15:17.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

RESENDE, Ulisses Riedel. (Org.) Os “cabeças” do Congresso Nacional. *Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — DIAP, Brasília, n. 12, p. 47, 2005.

Disponível em: <http://www.diap.org.br/cabecas/pdf/CabMetodologia_04.pdf>

Acesso em: 11 set. 2006. 11:03.

SILVA, Francisca Cordelia Oliveira da. *A representação da raça negra no Brasil: ideologia e identidades*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ANEXO A

Abril de 2006

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sexta-feira 28 21713

IV – BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tarcísio Zimmermann.

O SR. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, abordarei, hoje, desta tribuna, a realização do XIII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, que ocorrerá de amanhã a domingo em São Paulo.

Estarão presentes mais de 1.200 delegados, eleitos em encontros estaduais realizados em todo o País, Parlamentares e representantes do Poder Executivo, para debaterem os destinos do País, os rumos e as políticas do PT.

O Partido dos Trabalhadores é uma das mais extraordinárias experiências políticas da atualidade. Sejam os que por ele têm simpatia, sejam os que nele militam, sejam os que lhe fazem feroz oposição, todos compreendem que o PT, de fato, é uma criação política muito importante neste novo período da história mundial. Nascido a partir da resistência contra a ditadura militar, do movimento sindical de 1978 e 1979 e a partir do humanismo cristão, pôde rapidamente desenvolver-se no nosso País e sair de um núcleo inicial restrito de militantes para conquistar, passo a passo, espaço nas administrações municipais, nos Governos Estaduais, no Parlamento e hoje na Presidência da República.

O PT sempre teve como um dos seus pilares o vínculo com os movimentos sociais. Compreendemos que um processo de mudança social, no Brasil, pressupõe um grande protagonismo popular e uma grande consciência política da população organizada nos mais diferentes movimentos sociais: sindical, de mulheres, da juventude, de negros, da livre orientação sexual e nos mais aguçados, como o dos sem terra, dos sem teto e o dos que lutam pelo direito ao trabalho.

O PT, portanto, sempre teve presença muito forte nesses espaços. E, por acreditar no protagonismo popular, construiu uma das peças mais importantes do pensamento e da ação política modernos. Refiro-me aqui ao orçamento participativo.

Ao longo desses 26 anos de história, tivemos a capacidade de valorizar a organização social e a democracia representativa, bem como de estabelecer elementos de criação de um processo de protagonismo popular direto, por meio do orçamento participativo e de seus conselhos.

São heranças inscritas na nova teoria política e também na nova filosofia da política, que, certamente, contribuem para o aperfeiçoamento da democracia no século XXI.

O PT fará um balanço da sua história, bem como das suas contradições, erros e muitos acertos do Governo do Presidente Lula, mas, sobretudo, se prepara-

rá para novos embates. O PT sempre teve a coragem de ser Governo.

Não somos um partido apenas testemunhal, somos um partido de transformação social.

Preparamos o partido para as disputas de 2006, com o objetivo de reeleger o Presidente Lula e eleger uma grande bancada de Deputados Federais, de Senadores e de Deputados Estaduais, além de Governadores.

Viva o PT, que tem uma bela história! Viva o PT, que tem uma bela contribuição à democracia e à história política do Brasil!

O SR. CARLOS SANTANA (PT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita satisfação que venho à tribuna.

Várias famílias de trabalhadores ferroviários deram a vida para construir uma casinha em terrenos próximos a ferrovias. Os trabalhadores ligados à via permanente e às oficinas tinham de morar à beira da linha. Em caso de acidente, um auto de linha passava, recolhia esses trabalhadores e estes iam ao local para levantar os vagões. Por isso foram incentivados a morar ao longo da linha férrea.

Durante o Governo Collor, no entanto, houve uma grande injustiça para com esses moradores. Naquela época, teve início um injusto processo de leilão em todo o Brasil, realizado de acordo com as normas estabelecidas, com Tabela Price e juros altos, e esses companheiros não tiveram condição de pagar.

Quando Presidente do Sindicato dos Ferroviários, fiz com os trabalhadores o seguinte acordo: aqueles que morassem em área operacional da Rede Ferroviária Federal tinham de pagar 3% do salário; aqueles que moravam fora da área operacional da Rede Ferroviária Federal tinham de pagar 6%. Assim, todo mundo se preparava e conseguia pagar o que devia todo mês. Mas com aquela medida do Governo Collor – vender os terrenos segundo aquelas normas –, muitos não tiveram condições de pagar.

Ontem à noite, graças a Deus e ao Governo Lula, com uma medida provisória aprovada, todos os imóveis considerados de baixa renda vão ser transferidos para o Patrimônio da União, que poderá dar àqueles moradores o título de propriedade. É uma vitória. Depois de muitos anos de luta, essas famílias vão ter assegurados seus direitos. Várias famílias vivem em áreas carentes.

Temos de nos organizar e nos unir às entidades de classe e associações de moradores do Brasil para fazer o levantamento de todo esse patrimônio, para que essas famílias carentes tenham direito ao título de propriedade.

ANEXO B

Discursos de sessão de plenário - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço: <http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/discursosFrame.asp>

CÂMARA DOS DEPUTADOS A casa de todos os brasileiros. [Glossário](#) | [Mapa do Portal](#) | [Fale Conosco](#)

[Página Inicial »](#)

Discursos em Plenário Sessão: 089 31/05/2006 Qua (Ordinária - CD) por ordem: Cronológica [Pesquisar](#)

Discursos em ordem de pronunciamento

- * Abertura (14:00)
- * Pequeno Expediente (14:04)
- * Grande Expediente (15:14)
- * Ordem do Dia (16:16)
 - * PRESIDENTE(16:16)
 - * ALMIR SÁ(16:40)
 - * VIGNATTI (17:10)
 - * ARNALDO FARIA DE SÁ(17:40)
 - * PRESIDENTE(18:00)
 - * ALBERTO GOLDMAN(18:20)
 - * PRESIDENTE(18:50)
 - * JOSÉ CARLOS ALELUIA(19:26)
 - * JOÃO ALFREDO(19:56)
- * Encerramento (20:16)

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 089.4.52.0 Hora: 17:10
Orador: VIGNATTI Fase: OD
Data: 31/05/2006

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, para oferecer parecer à medida provisória e às emendas a ela apresentadas, em substituição à Comissão Mista, ao Sr. Vignatti.

O SR. VIGNATTI (PT-SC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muita honra, tenho o prazer de relatar esta importante medida provisória relativa a fabuloso salário mínimo para o povo brasileiro.

Relatório.

A Medida Provisória nº 288, de 2006, estipula em 350 reais o valor do salário mínimo mensal, a partir de 1º de abril de 2006. O parágrafo único do art. 1º dessa proposição fixa o valor diário do salário mínimo em R\$11,67 e seu valor horário em R\$1,59.

O art. 3º da referida medida provisória revoga ainda o art. 17 do Decreto-Lei nº 2.284 e outros dispositivos legais.

No decorrer do prazo regimental, foram apresentadas 29 emendas:

- reajustando o salário mínimo a partir de abril de 2006;
- para 365 reais — Emenda nº3, do Deputado Fernando de Fabinho;
- para 375 reais — Emenda nº4, do Deputado Pauderney Avelino;
- para 400 reais — Emendas nº5, do Senador Álvaro Dias; nº 6, do Deputado Wladimir Costa; nº 8, do Deputado Eduardo Cunha; nº 9, do Deputado Carlos Souza, e nº 11, do Deputado João Fontes;
- para R\$560,62 — Emenda nº10, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame;

Concluído

Internet

Iniciar

2 Microsoft ... | Dicionário Aur... | MSN Hotmail ... | Google - Micr... | Discursos de ... | PT | 00:48

ANEXO C

MSN Hotmail - Mensagem - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço <http://by122fd.bay122.hotmail.msn.com/cgi-bin/getmsg?msg=CC4F9878-4345-4221-8B83-77034650ECA1&start=0&len=7220707&msgread=1&imgsafe=y&curmbox=00000000%> Ir

Anexo: image001.gif (< 0.01 MB), Sen.FlexaRibeiro.wmv (5.15 MB)

Para quem gosta de discurso de Senador.

Podem ver o vídeo no anexo ou ler a transcrição abaixo.

Meus caros

Este discurso é de extrema importancia pois denuncia os objetivos e o comportamento do PT

Estou tambem anexando o video.

Devemos divulgar o conteúdo.....

Pronunciamentos

Autor	Flexa Ribeiro (PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira /PA)	◀ ◀ ◀ voltar
Data	25/07/2006	Casa Senado Federal
		Tipo Discurso

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Alvaro Dias, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, hoje, para registrar uma preocupação despertada há mais de seis meses, quando li um artigo escrito por um político e jornalista do meu querido Estado do Pará, o ex-Governador e ex-Senador da República, meu amigo Hélio Gueiros. Refiro-me ao artigo intitulado "Decálogo para a vaca ir para o brejo...".

Nesse artigo, Hélio Gueiros cita o famoso decálogo escrito por Lênin, em 1913, e diz que, hoje, em tempos de Governo Lula, esses mandamentos escritos pelo ditador russo são mais cumpridos do que o decálogo da Bíblia, entregue por Deus a Moisés.

iPods
a partir de 6x de R\$ 90

Celulares Samsung
a partir de 6x de R\$ 145

TUDO p/ Home Theater
a partir de 6x de R\$ 75

CD Players Pioneer MP3
a partir de 6x de R\$ 70

DVD Players Portáteis
a partir de 6x de R\$ 76

Internet

Iniciar 2 Microsoft ... Dicionário Aur ... MSN Hotmail - ... Google - Micr ... Discursos de ... PT 00:52